Sobre a presença romana no actual território português: apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão

Autor(es): Faria, A. Marques de

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45567>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_28_3

Accessed : 26-Apr-2023 07:34:49

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVIII

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1989

A. MARQUES DE FARIA

Técnico do Instituto Português do Património Cultural

SOBRE A PRESENÇA ROMANA NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS. APOSTILAS AO RECENTE LIVRO DO PROF. JORGE DE ALARCÃO

«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 53-69

RESUMO : *O Dominio Romano em Portugal (1988)*, da autoria do Prof. Jorge de Alarcão, é objecto de algumas observações tendentes a questionar determinadas afirmações de importância acessória. Escapa naturalmente a esta qualificação a tese, a seguir discutida sem preocupações de exaustividade, segundo a qual Augusto teria procedido à organização da Lusitânia, dividindo o seu território em *duitates*.

SUMMARY : In *O Dominio Romano em Portugal*, Professor Jorge de Alarcão made some statements that, in our view, should be discussed despite their negligible role in his book. This is the main goal of the following work.

Special attention was drawn to the theory that Augustus divided Lusitanian territory in *duitates*, a fact that still must be proved.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE A PRESENÇA ROMANA NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

APOSTILAS AO RECENTE LIVRO DO PROF. JORGE DE ALARCÃO

Escrevíamos há alguns anos que «o *Portugal Romano* é (...) uma obra que, sendo fulcral para o estudo da ocupação romana do território que hoje habitamos, deverá necessariamente ser ultrapassada por um outro trabalho que se oriente por uma metodologia de cariz mais científico. Estamos certos de que o Prof. Jorge de Alarcão é um dos poucos que se encontram habilitados a realizar semelhante trabalho» (1). *O Domínio Romano em Portugal*, publicado em 1988, dois anos após a sua redacção, vem justamente responder à necessidade de uma síntese metodologicamente válida sobre um período que apenas tem sido alvo de abordagens monográficas, ainda que maioritariamente importantes.

Gotejando o índice de capítulos do livro em apreço com o do *Portugal Romano*, são notórias as semelhanças entre ambos. Porém, se no *Portugal Romano* o tratamento das divisões administrativas surge integrado no capítulo relativo à história política, n'0 *Domínio Romano em Portugal* o mesmo assunto merece um capítulo específico, que se estende ao estudo dos diversos tipos de povoamento, igualmente contemplados no capítulo III.

O capítulo autónomo dedicado às vias tem plena justificação, considerando o incremento que o seu estudo conheceu nos últimos

^{t1)} FARIA, A. M. de [Recensão de] Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, 3.^a ed., Lisboa, 1983, in «Numismática», Lisboa, 42/43, 1986, p. 46.

anos. Para não torná-lo demasiado extenso, o Autor omitiu uma parte dos topónimos, decidindo enumerar as estações segundo o inventário bilingue das estações arqueológicas do período romano, que foi publicado simultaneamente com a versão inglesa do livro em apreço ⁽²⁾.

As *uillae*, a vida económica, a religião e a arte constituem os temas dos outros capítulos, repetindo-se *grosso modo* o esquema apresentado no *Portugal Romano*.

Enriquecem esta obra dois apêndices, sendo um deles consagrado à listagem das divindades indígenas conhecidas no actual território português. No outro, são compendiados todos os nomes de lugares mencionados nas fontes literárias e epigráficas, conhecidos até 1986.

Se outras vantagens não apresentasse em relação ao *Portugal Romano*, a inclusão de notas bibliográficas estabeleceria desde logo a diferença. Não é, de modo algum, uma obra acabada, como aliás o próprio Autor reconheceu ao encerrar o prefácio. Por isso, nas linhas que se seguem, tentaremos problematizar alguns detalhes que passam despercebidos ante a grandeza do trabalho, mas que mesmo assim se nos afiguram susceptíveis de reapreciação.

Do ponto de vista formal, lamenta-se a falta de índices (onomástico e toponímico), que muito facilitariam o manuseamento do livro. O mesmo se aplica à colocação das notas no fim da obra, em detrimento das notas de rodapé.

A revisão tipográfica, a ter existido, afigura-se bastante deficiente: na verdade, a negligência demonstrada pela editora reflecte-se em nada menos de meia centena de gralhas.

Quanto à maneira como são referidos os nomes dos autores portugueses, devemos advertir de que, por vezes, é utilizado o critério espanhol, ou seja, o autor vai citado pelo penúltimo apelido; desta sorte, Leite de Vasconcellos deve ser procurado não em Vasconcellos (como seria correcto), mas em Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira em Alves Pereira, Maria Garcia Pereira Maia em Pereira Maia.

(2) ALARCÃO, J. de, *Roman Portugal, II, Gazetteer (Inventário)*, Warminster, Aris & Phillips Ltd., 1988.

Logo no primeiro capítulo (p. 13-30), dedicado à história política, encontramos alguns pontos de importância acessória, mas cuja discussão nos parece pertinente. Não está completamente claro que a *Ora Maritima* de Avieno tenha tido por base um périplo massaliota dos finais do século vi a. C. (p. 13) ⁽³⁾.

Em face dos argumentos aduzidos quer por S. Lambrino, quer por J. Untermann, é lícito questionarmo-nos acerca da origem pré-céltica dos Lusitanos (p. 16) ⁽⁴⁾.

Sobre a fig. 4 desta última página, não restam dúvidas de que se trata de uma estátua de guerreiro galaico, por lapso qualificado de lusitano.

Mons Herminius é uma expressão que se encontra no singular, não se justificando, a nosso ver, a sua tradução para Montes Herminios (p. 15), que a própria documentação medieval, citada pelo Autor, não autoriza.

No século II a. G. a Hispânia estava dividida em Citerior e Ulterior, pelo que anacronismos como «Andaluzia», «Bética» (p. 17) e «Sul de Portugal» (p. 20-21) afiguram-se-nos dispensáveis.

Julgamos não faltar à verdade se afirmarmos que *Toletum*, no século II a. G. (p. 17), era conhecida pelo nome de *Tole*⁽⁵⁾.

É opção do Autor utilizar as grafias Ptolomeu (p. 22), Sila (p. 23), Perpena (p. 24) e Huesca (p. 25) em detrimento de Ptolemeu, Sula, Perperna e Osea, que nos parecem mais correctas.

Ao escrever que «os ataques dos *Mauri* se estenderam até à Bética, cujos receios ou padecimentos apenas em 176 ou 177 se aquietaram», o Prof. Alarcão resolveu ignorar o trabalho de J. Arce citado na nota 73 (p. 202), que demonstra a ocorrência de uma segunda invasão, precisamente em 177 ⁽⁶⁾.

⁽³⁾ VILLALBA i VARNEDA, P., *La «Qüestió Avienea», «Faventia»* Barcelona, 7/2, 1985, p. 61-67.

⁽⁴⁾ LAMBRINO, S., *Les Lusitaniens*, «Euphrosyne», Lisboa, I, 1957, p. 117-145; UNTERMANN, J., *Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch*, «Veleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 57-76.

⁽⁵⁾ FARIA, A. M. de, *Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português*, «Numismática», Lisboa, 47, 1987, p. 25.

⁽⁶⁾ ARCE, J., *Inestabilidad política en Hispania durante el siglo II d.C.*, «Archivo Español de Arqueología», Madrid, 54, 1981, p. 108-109; ALARCÃO, J., *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José*

O capítulo II (p. 31-61) debruça-se sobre as divisões administrativas. Ao abordar os limites da província da Lusitânia, o Autor interroga-se: ... «terá o Guadiana servido de fronteira entre a Lusitânia e a Tarraconense»? Bastará atender ao mapa figurado na p. 40 para nos decidirmos por uma resposta negativa.

Sobre os limites entre a Lusitânia e a Bética (p. 33-34), preferimos adoptar a perspectiva mais prudente de García Iglesias, secundado por Edmondson (7). Não terão eles razão ao sugerirem que o termo *Fines* poderá significar apenas a fronteira entre os *territoria* de duas colónias ou de dois municípios? Se assim for, deixam de se justificar as reticências do Autor a propósito dos limites do *territorium* dos *Banienses*: «A divisão de uma *civitas* por duas províncias parece-nos (...) difícil de admitir» (p. 34). A descoberta de um *terminus augustalis* em Montemolín, já em plena Bética, marcando o limite de uma parcela do *territorium* da capital da Lusitânia, parece igualmente infirmar esta teoria (8). Outro *terminus*, encontrado em Valdecaballeros, vem testemunhar a inclusão de parte do *ager Vcubitanus* no *territorium* de *Augusta Emerita* (preferível a *Emérta Augusta* (p. 28, etc.) (9).

À data da sua fundação, esta cidade não levou o nome de *Colonia Iulia Augusta Emerita*. Por isso, e atendendo à documentação epigráfica conhecida, não há argumentos que possam abonar

d'Encarnação, «Arqueologia», Porto, 11, 1985, p. 106 ; LE ROUX, P., *VHispania et Imperium (réponse à Géza Alföldi)*, «Gerion», Madrid, 3, 1985, p. 419, nota 4; ATENCIA PÁEZ, R., *El epígrafe singiliense de G. Vallio Maxumiano, reencontrado*, «Mainake», Málaga, VI-VII, 1984-85, p. 177-182.

(7) GARCÍA IGLESIAS, B., *El Guadiana y los límites comunes de Bética y Lusitania*, «Hispania Antiqua», Vitoria, II, 1973, p. 176-177; EDMONDSON, J. C., *Two industries of Roman Lusitania. Mining and garum production*, Oxford, British Archaeological Reports, 1987, p. 11.

(8) GARCÍA Y BELLIDO, A., *Las colonias romanas de la Provincia Lusitana*, «Arqueologia e Historia», Lisboa, VIII, 1958, p. 18; SILLIÈRES, P., *Centuriation et voie romaine au sud de Mérida: contribution à la délimitation de la Bétique et de la Lusitanie*, «Mélanges de la Casa de Velázquez», Paris, XVIII/1, 1982, p. 438 e 446.

(9) GARCÍA Y BELLIDO, A., *op. cit.* (v. nota 8), p. 17-18; CABALLOS RUFINO, A., *Colonia Claritas Iulia Vcubi*, «Habis», Sevilha, 9, 1978, p. 287-289; SILLIÈRES, P., *op. cit.* (v. nota 8), p. 446, nota 36; STYLOW, A. U., *Apuntes sobre epigrafía de época flavia en Hispania*, «Gerión», Madrid, 4, 1986, p. 307-311.

em definitivo a leitura *Colonia Iulia* (p. 31) em detrimento de *Ciuitas* ⁽¹⁰⁾.

Entramos agora na discussão daquele que é a mais estimulante das teses desenvolvidas pelo Prof. Jorge de Alarcão. Citemos do prefácio: «A unidade administrativa dos Romanos foi a *civitas*, mais próxima, pela extensão, dos nossos distritos que dos actuais concelhos. Procurámos, pela primeira vez na historiografia nacional da romanização, identificar as *civitates*, traçar as respectivas fronteiras e localizar as cidades capitais». Mais adiante, porém, o termo *ciuitas* possui uma outra conotação, que, como veremos, nos parece mais consentânea com a evidência epigráfica e textual: «A reorganização administrativa do território actualmente português, no tempo de Augusto, incluiu (...) a delimitação dos *territoria* das diferentes *civitates*» (p. 35). De facto, enquanto na citação extraída do prefácio a *ciuitas* assume uma natureza territorial de significativas proporções, na segunda afirmação, este termo é entendido como uma entidade urbana. Esta indefinição terminológica traduz a fluidez de que se reveste o próprio conceito de *ciuitas*. Na primeira acepção, acrescida de uma componente étnica, designará comunidades culturalmente definidas (*populi*) de origem ou com forte influência céltica, localizadas a Norte do Douro ⁽¹¹⁾. De resto, quando utilizada em ambientes urbanos, onde a romanização é mais evidente, a voz *ciuitas* parece ter o sentido vago de «conjunto de habitantes» sem lhes precisar a situação jurídico-administrativa, aplicando-se tanto a municípios e colónias como a cidades peregrinas ⁽¹²⁾. Não faltam exemplos extraídos da

(10) ALVAREZ MARTÍNEZ, J. M. *et alii*, *Museo Nacional de Arte Romano. Mérida*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1988, p. 48; *contra*, ÉTIENNE, R. e MAY ET, F., *La dénomination antique de Mérida*, «Lucerna», Porto, número extraordinário: colectânea de estudos em homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 1984, p. 161-170.

(11) RIVAS FERNÁNDEZ, J. C., *Un nuevo testimonio epigráfico de los Quarquerni y otras cuestiones en torno a la civitas de este pueblo*, «Boletín Auriense», Orense, IX, 1979, p. 61-62; SANTOS YANGUAS, J., *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste hispánico*, Vitoria, Universidad del País Vasco, 1985, *passim*.

(12) ENCARNÇÃO, J. d', *Reflexões sobre a epigrafia de Ossonoba*, «Conimbriga», Coimbra, 23, 1984, p. 10; LE ROUX, P. e TRANOY, A., *Rome et*

epigrafia: *ciuitas Ammaiensis, Arauorum, Baniensium, Igaeditanorum, Ossonobensium e Romulensium*. Igualmente, à luz do léxico pliniano, o conceito de *ciuitas* enquanto entidade territorial na Hispânia do século i d. C. não coincide com o que lhe é atribuído pelo Prof. Alarcão ⁽¹³⁾. Tanto quanto sabemos, não se conhecem quaisquer inscrições que documentem quer a existência de *capites duitatum* na Lusitânia, quer a designação de *ciuitas* atribuída a qualquer dos *territoria* de municípios, colónias e *oppida stipendiaria* desta província. Estamos em crer que a organização tribal celta, mantida pelos Romanos nas Três Gálias e na Britânia através das *duitates*, não tem paralelo com o processo dinâmico que caracterizou a fixação de povos de diferentes etnias na Península até ao limiar da conquista romana, e mesmo após esta. Por isso, é pouco plausível que se tenha assistido a uma transposição, mais ou menos fiel, do ordenamento político e administrativo vigente naquelas províncias do Centro-Norte do Império. No território actualmente português que pertenceu à província da Lusitânia são conhecidos até agora seis *termini augustales* — todos encontrados entre o Tejo e o Douro —, sendo quatro deles datáveis de 4 ou 5 d. C. (p. 35 e p. 203, nota 14). O quinto é de Cláudio, e o último pertence a Nerva. É pouco provável que a inscrição encontrada em Argomil ⁽¹⁴⁾ seja um *terminus augustalis* (p. 81): a sua data, demasiado recuada, desaconselha uma tal ideia. Em tudo idêntica a esta epígrafe, até na configuração e nas dimensões do suporte lítico, parece ser uma outra, de Alfaiates, actualmente no Museu Nacional de Arqueologia

les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire, «Mélanges de la Casa de Velázquez», Paris, 9, 1973, p. 222, nota 4; TRANO Y, A., *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, De Boccard, 1981, p. 200.

⁽¹³⁾ CAPALVO LIESA, A., *El léxico pliniano sobre Hispania: etnonimia y designación de asentamientos urbanos*, «Caesaraugusta», Zaragoza, 63, 1986, p. 51-53; BELTRÁN LLORIS, F., *Un espejismo historiográfico. Las «organizaciones gentilicias» hispanas*, in «Actas I.º Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)», Universidad de Santiago de Compostela, II, 1988, p. 230-232.

⁽¹⁴⁾ ALARCÃO, J. de, *op. cit.* (v. nota 2), p. 63.

e Etnologia ⁽¹⁵⁾. Apenas difere daquela na ausência de decoração na parte inferior da face inscrita. Assim, da documentação conhecida poderemos deduzir que, a partir de Augusto, foram oficialmente estabelecidos os limites entre os territórios de alguns *oppida stipendiaria* do Norte da Lusitânia, havendo um testemunho de que essa tarefa não se encontrava terminada pelo menos até ao reinado de Nerva ⁽¹⁶⁾. Nada obsta a que a cada um destes territórios tivesse sido atribuído o qualificativo de *ciuitas*, mas, repetimo-lo, não há provas de que assim tivesse acontecido. Em suma, se exceptuarmos a criação dos *conuentus* (v. *infra*), não parecem existir quaisquer bases que provem a realização de uma política coerente de ordenamento administrativo programada por Augusto para toda a Hispânia, ou abrangendo exclusivamente o território da província da Lusitânia.

Prosseguindo nos comentários ao capítulo II, refira-se que Vasco Mantas, baseado na leitura de uma valiosa inscrição inédita, demonstrou recentemente que a fundação da *ciuitas Igaeditanorum* terá sido obra de *C. Norbanus Flaccus*, em 35/34 a. C. ⁽¹⁷⁾, e não de Augusto (p. 35). A propósito do nome desta cidade escreveu Leite de Vasconcellos: «Não consta dos AA. o seu nome primitivo: talvez fosse **Igaedi* ou **Igaedium*; posteriormente tornou-se **Igaeditania*, pois só elle explica a fôrma que se encontra nas moedas visigóticas, i. é., *Egitania...*» ⁽¹⁸⁾. Não se conhecendo para o nome *Egitania* (p. 36, 99, 101, etc.) testemunhos anteriores à segunda metade do

(15) CORREIA, J. M., *Terras de Riba Côa. Memórias sobre o concelho do Sabugal*, Lisboa, Federação dos Municípios da Beira-Serra, 1946, p. 154, nota 1 ; ALARCÃO, J. de, *op. cit.* (v. nota 2), p. 66.

(16) Sobre a data da promoção de alguns desses *oppida* ao estatuto de *municipia iuris Latini* v. LE ROUX, P., *Municipe et droit latin en Hispania sous l'Empire*, «Revue Historique de Droit Français et Étranger», Paris, 64, 1986, p. 348.

(17) MANTAS, Y. G., *Orarium donauit Igaeditanis: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana*, in «Actas I.º Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)», Universidad de Santiago de Compostela, II, 1988, 418-420.

(18) VASCONCELLOS, J. L. de, *Religiões da Lusitania*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 32.

século vi, a designação de *ciuitas Igaeditanorum* para aquela cidade romana afigura-se-nos a mais adequada.

I A fig. 7 da p. 36 não é uma reprodução fidedigna da inscrição da ponte de Alcântara, tal como se poderia depreender da legenda, mas apenas o desenho — incompleto, porque exclui os «Talores» — que dela fez Francisco d'Ollanda.

Atentemos no que escreve o Autor sobre *Arucci* (p. 38): «... o nome romano de Moura é *civitas Ameritaría*, CIL II 693. (...) Talvez a *Arucci* do Itinerário não se deva identificar com Moura, mas com a povoação espanhola de Aroche, em cuja área há ruínas. (...) Ou talvez *Arucci* ficasse mais além de Aroche, entre esta localidade e Aracena». É pena que o Autor não esclareça as razões que o levaram a abandonar a tese, seguida no *Portugal Romano* (1983, p. 87-88), que advogava a existência de uma cidade com o nome de *Arucci {Vetus}*, localizável em Aroche, e de uma outra, conhecida por *Noua Ciuitas Aruccitana*, identificável com Moura.

Os genitivos 'IvTspav^aiaç e Kovi[ißpiY>)fftaß de um texto de Flégon de Traies, evocado em parte pelo Prof. Alarcão (p. 41 e p. 204, nota 32), deverão ser postos em paralelo. Sendo ambas formas adjectivais — qualificando nóXscoç — teremos de concluir que o topónimo *Interaniesia* não deve ter existido. A expressão de Flégon deverá talvez ser traduzida por município ou cidade interaniense. José L. Melena, em trabalho citado mas não discutido pelo Prof. Alarcão (p. 204, nota 26), escreve o seguinte: «La ecuación *Conimbriga*: Kovipißpiysaioc permite recuperar de 'IvTspaviyjaiaç un topónimo base *Interan(n)ia*». Ainda que tal recuperação seja possível, o nome poderia ser **Inter a{m)nium*, atestado na Hispânia, ou — dada a base geográfica do qualificativo *Interaniense{s}* — nenhum que se relacionasse directamente com este último. Não nos repugna, por isso, aceitar que — se a localização dos *Interannienses*, proposta neste livro, estiver correcta — **Veseum* tenha sido a capital de um território que, à chegada dos Romanos, não era ocupado por uma comunidade etnicamente definida, mas apenas por pequenas unidades (p. 40) que não reconheciam entre si importantes laços de parentesco.

Tal como os *Arabrigenses* e os *Meidubrigenses* eram respectivamente os habitantes de *Arabriga* e *Meidubriga*, também os

Lancienses devem o seu nome a *Lancia*, outro topónimo de origem céltica (v. *supra*, nota 4). Este *oppidum* seria o primitivo aglomerado populacional dos *Lancienses* (*Oppidani*), pelo que de algum modo se compreende que a primeira referência aos *Lancienses Transcudani* — qualificativo que, até prova em contrário, deverá ser relacionado com o potamónimo **Cuda* — surja apenas na inscrição da ponte de Alcântara. Plínio, fazendo uso de dados anteriores à última década a. C., não estabelece a distinção entre *Oppidani* e *Transcudani*, que é apenas deduzida a partir do *terminus augustalis* de Salvador (p. 203, nota 10). Gozariam os *Transcudani* de algum tipo de autarcia até aos Flávios ou estariam na dependência de algum *oppidum* da margem esquerda do **Cuda*? Seja qual for a resposta, e dissentindo de Leite de Vasconcellos, duvidamos de que alguma vez tenha existido uma cidade com o nome de *Lancia Transcudana* ⁽¹⁹⁾.

Já não é crível que L. Apuleio Deciano tenha cunhado moeda em *Myrtili(s)* no ano 45 a. C. ⁽²⁰⁾, nem, tampouco, que a mesma cidade tenha inscrito noutra emissão a legenda *Myrtilis Iulia* (p. 51) ⁽²¹⁾.

Para além de nos parecer demasiado aventurada a comparação que o Autor estabelece entre o etnónimo *Colami* e os topónimos actuais Coios e Cola (p. 52), não eremos que haja razões que justifiquem a distinção entre os *Co(i)larni* de Plínio e os que se encontram referenciados na inscrição da ponte de Alcântara.

O Autor segue R. Étienne na atribuição da criação dos *conuentus iuridici* aos Flávios, mas não concretiza as razões que o levam a subscrever tal tese (p. 58). A publicação de uma *tabula hospitalis* recentemente encontrada no Noroeste da Península vem

⁽¹⁹⁾ ID., *Analecta archaeologica*, «O Archeologo Português», Lisboa, XV, 1910, p. 324.

⁽²⁰⁾ FARIA, A. M. de, *Algumas considerações a propósito do «Álbum de la antigua colección Sánchez de la Coteria de moneda ibero-romana»* (Madrid, 1986), «Numismática», Lisboa, 48, 1988, p. 8.

⁽²¹⁾ ID., *ibid.*, p. 9, nota 5.

relançar a ideia da criação dos *conuentus* logo no reinado de Augusto ⁽²²⁾.

Por fim, conviria chamar a atenção para o equívoco que poderá constituir a afirmação de que a criação das províncias da *Baetica*, *Lusitania*, *Callaecia*, *Tarraconensis* e *Carthaginiensis* se deve a Diocleciano (p. 60), quando três delas já existiam, ainda que com limites diferentes, desde finais do século I a. G.

«Cidades, *vici* e *castella*» é o título do capítulo III (p. 63-185), no qual o Autor aborda a problemática da localização, fundação, desenvolvimento e hierarquização dos diversos núcleos de povoamento.

Naturalmente, a cronologia da fundação e/ou promoção de núcleos urbanos na época de César e de Octaviano/Augusto merece tratamento nas páginas em análise. Sem querermos aprofundar a questão, julgamos ser oportuno deixar registada a nossa perspectiva sobre o assunto ⁽²³⁾. *Praesidium Iulium Scallabi(s)* terá sido elevada a colónia por César, no que concordamos com o Prof. Alarcão (p. 66). Estamos, no entanto, persuadidos de que, durante o *imperium* de Octaviano, antes de 27 a. C., foi atribuído o estatuto de *municipium ciuium Romanorum* a *Felicitas Iulia Olisipo*, e fundada a *Colonia Pax Iulia*, tendo sido, na mesma altura, concedido o direito latino a *Liberalitas Iulia Ebora* (preferível a *Ebora Liberalitas Iulia* (p. 49)), a *Salada* e a *Myrtili(s)*. Mais tarde, durante a presença de Augusto na Península, entre 15 e 13 a. C., os referidos *oppida Latina* passaram a *municipia*.

Escreve o Autor que «também *Abelterium* se poderia ter chamado *Concordia Iulia Abelterium*» (p. 53). Não nos parece provável, porque, a ser assim, seria o primeiro *oppidum* explícita.

⁽²²⁾ PEREIRA MENAUT, G., *Nueva tabula patronatus del Noroeste de Hispania*, «Veleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 303 ; DOPICO CAÍNZOS, M.^a D., *Los conventos iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica*, «Gerión», Madrid, 4, 1986, p. 277-282; MAIA, M. M. da F. A., *Romanização do território hojeportuguês a sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação sócio-cultural 218-14 d. C.*, (Diss. policopiada). Lisboa, 1987, p. 240; DOPICO CAÍNZOS, M.^a D., *La tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria, Universidad del País Vasco, 1988, p. 62-63.

⁽²³⁾ Seguimos em traços gerais o trabalho de LE ROUX, P., *op. cit.* (y. nota 16), p. 325-350.

mente reconhecido por Plínio como *stipendiarium* a ostentar o título *Iulia*. As referências do Naturalista e de Ptolemeu a *Concordia* desaconselham-nos a considerá-la como um epíteto aplicado a um topónimo pré-romano.

O topónimo *Aquae Flaviae* não deve ter substituído *Aquae Laiae* (p. 57, 70, 75, 225 e 226) porque este nome, transmitido por Ptolemeu, é uma deturpação (corrigida há mais de um século) do primeiro. Curiosamente, o Autor remete-nos para A. Tranoy, que se limita a confirmar o que dissémos: «Les corrections apportées au texte de Ptolémée nous semblent justifiées» ⁽²⁴⁾.

A argumentação recentemente aduzida por P. Le Roux, no sentido de questionar, na esteira de Galsterer, a atribuição da municipalização de *Aquae Flaviae*, *Conimbriga* e *Bracar Augusta* (p. 54, 74 e 75) ao período flaviano, afigura-se-nos digna de ser levada em conta (“J. No mesmo trabalho, Le Roux não parece aceitar a municipalização claudiana de *Ammaia*, conferindo ao termo *oppidum* um conteúdo jurídico-administrativo preciso, que é negado pelo Prof. Alarcão (p. 76-77) ⁽²⁶⁾).

Neste capítulo, o Prof. Alarcão poderia ter trazido à colação as referências tardias à existência de um município, que foi paróquia suévica da diocese de *Egitania* e, posteriormente, ceca visigótica ⁽²⁷⁾. É possível que seja o mesmo que o Autor localiza no Teixoso (p. 37) se, no caso vertente, a menção epigráfica a um duúnviro implicar a existência de um *municipium* ⁽²⁸⁾.

A forma *Letiobris*, que, segundo o Autor, poderia abreviar *Letiobriga* (p. 83), parece ser uma má leitura do ablativo *Letiobri* ⁽²⁹⁾. De qualquer modo, a grafia *-bris*, atestada noutros topónimos

⁽²⁴⁾ TRANOY, A., *op. cit.* (v. nota 12), p. 62-63.

⁽²⁵⁾ LE ROUX, P., *op. cit.* (v. nota 16), p. 347-349.

⁽²⁶⁾ ID., *ibid.*, p. 336.

⁽²⁷⁾ DAVID, P., *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, Institut Français au Portugal, 1947, p. 38.

⁽²⁸⁾ PEREIRA MENAUT, G., *La formación histórica de los pueblos del Norte de Hispania. El caso de Gallaecia como paradigma*, «Veleia», Vitoria, 1, 1984, p. 285.

⁽²⁹⁾ LE ROUX, P. e TRANOY, A., *op. cit.* (v. nota 12), p. 193-195.

reproduzidos no nominativo ⁽³⁰⁾, traduz com maior fidelidade o sufixo celta que em latim se generalizou sob a forma *-brigai*).

Do capítulo seguinte (p. 87-106), dedicado às estradas — um dos mais ricos em dados inéditos — retiramos a seguinte frase: «Este último ponto, correspondente a Capinha, talvez fosse um *vicus*, embora nos pareça indiscutível a localização aqui de *vicus Talabara*, atestado por GIL II 453» (p. 101). Não estando o Autor seguro de que Capinha corresponda a um *uicus*, na frase seguinte não hesita em localizar naquela povoação o *uicus Talabara*. Consultando as páginas consagradas aos *uici* (p. 78), esta contradição não é desfeita: antes agrava-se, ao ser sugerida a localização de *Talabara* em Alpedrinha.

Talvez fosse preferível que, em vez de constituir um capítulo específico, o estudo das *uillae* tivesse sido remetido para as páginas consagradas à vida económica (p. 107 e 119-121) e à arte/arquitectura (p. 108-119). De qualquer modo, julgamos que a proposta de identificação da estação da Lomba do Canho com uma *uilla* fortificada (p. 110) deverá ser revista ⁽³²⁾.

Quanto ao capítulo VI (p. 123-151), respeitante à vida económica, impõem-se algumas observações. A ânfora encontrada em *Vindolanda* (ou em *Luguualium*), junto à muralha de Adriano, não deverá atestar «a larga comercialização do *garum* produzido em Portugal» (p. 147) porque, segundo Peacock e Williams ⁽³³⁾, é uma

⁽³⁰⁾ PEREIRA MENAUT, G., *Los castella y las comunidades de Gallaecia*, «Zephyrus», Salamanca, XXXIV-XXXV, 1982, p. 251.

⁽³¹⁾ CARO BARO JA, J., *La escritura en la España prerromana [epigrafía y numismática]*, in «Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal», I, 3, 3.^a ed., Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1976, p. 744-745; SILES, J., *Sobre un posible préstamo griego en ibérico*, Valencia, Diputación Provincial de Valencia, 1976, p. 29-30 e notas 107-108; PEREIRA MENAUT, G., *op. cit.* (v. nota 30), p. 251.

⁽³²⁾ ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., *Le Portugal à Vépoque augustéenne*, in «Symposion de Ciudades Augusteas (5-9 Octubre 1976)», Universidad de Zaragoza, I, 1976, p. 172; NUNES, J. de C., FABIÃO, C. e GUERRA, A., *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Ar gañil)*, Arganil, Museu Regional de Arqueologia, 1988, *passim*.

⁽³³⁾ PEACOCK, D. P. S., e WILLIAMS, D. F., *Amphorae and the Roman economy: an introductory guide*, Longman, London-New York, 1986, p. 136.

ânfora oleária fabricada na Bética (classe 25 =Dressel 20). O grafito ESVRI, inscrito na referida ânfora, deverá ser talvez interpretado como um nome celta, sem relação aparente com o topónimo *Baesuri(s)*, nome pré-romano de Castro Marim, que se encontra documentado numismaticamente ⁽³⁴⁾.

Ainda que, neste capítulo, a cunhagem e a circulação monetária não tenham merecido qualquer referência, o Autor poderia ter remetido os interessados para a síntese publicada sobre o assunto por Rui Centeno ⁽³⁵⁾.

As páginas dedicadas à religião (p. 153-180) mostram mais uma vez quanto esta obra está longe do pioneirismo que caracterizou o *Portugal Romano* de 1973. As descobertas epigráficas dos últimos anos possibilitaram ao Prof. Alarcão uma reflexão fundamentada sobre os cultos indígenas, clássicos e orientais, e sobre o culto imperial, demonstrando as virtualidades de um estudo que ultrapassa largamente a simples inventariação e localização de divindades. Importa, contudo, notar neste capítulo a não-inclusão do cristianismo e das práticas funerárias.

A afinidade entre o presumível topónimo **Isibra*, deduzível do epíteto *Isibraiecus*, e os nomes de lugar, de natureza zoonímica, Zebras e Zebreira (p. 170) não parece ultrapassar os limites da fonética ⁽³⁶⁾.

As manifestações artísticas e sobretudo a arquitectura e o urbanismo ocupam o último capítulo do livro (p. 181-199), merecendo particular relevância os resultados obtidos nas escavações luso-francesas em *Conimbriga*. Nesta secção, o nominativo do plural de *domus* (p. 189 e 190) deveria ser sujeito a rectificação.

⁽³⁴⁾ MO WAT, R., *Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie*, «O Archeologo Português», Lisboa, V, 1900, p. 17-24; FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 5), p. 24.

⁽³⁵⁾ CENTENO, R. M. S., *A dominação romana*, in «História de Portugal», dirigida por J. H. Saraiva, Lisboa, Alfa, I, 1983, p. 197-200.

⁽³⁶⁾ SILVEIRA, J. da, *Estudos sobre o vocabulário português: Zevro. Zebra*, «Revista Portuguesa de Filologia», Coimbra, II, 1948, p. 220-233; MACHADO, J. P., *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, III, Lisboa, Ed. Confluência. [1984] p. 1498, ss. uu. *Zebra* e *Zebreira*; FERNANDES, A. de A., *Toponímia tarauçense*, «Beira Alta», Viseu, XLVII, 1988, p. 45, s. u. *Zebro*.

O apêndice I (p. 217-218) seria ainda mais útil se, para além da relação de teónimos indígenas, comportasse os dados relativos à sua localização e publicação.

À lista de cidades, *uici*, *castella* e *populi*, que constitui o apêndice II (p. 219-226), deverão acrescentar-se, para a zona norte, **Aliobriga* ⁽³⁷⁾, **Anobriga* ⁽³⁸⁾, **Brigantia* ⁽³⁹⁾, *Centumcellas* ⁽⁴⁰⁾, **Merobriga* ⁽⁴¹⁾, *castellum Talabriga*, **Tameobriga* ⁽⁴²⁾, **Torebriga* ⁽⁴³⁾, **Tura* > **Turaecu(s/m) C**⁽⁴⁴⁾ e *castellum Tureobriga i*⁽⁴⁵⁾; para a zona centro, **Anubriga* ⁽⁴⁶⁾, **Lama* > **Lamaecu(sjm)* ⁽⁴⁷⁾, **Senabriga*⁽⁴⁶⁾ e **Veseum* ⁽⁴⁹⁾; para o território a sul do Tejo, **Cantnipo* ⁽⁵⁰⁾, **Cempsibriga*⁽⁵¹⁾ ou **Cisimbrium*, *Cilpes*⁽⁵²⁾, *Ipses*⁽⁵³⁾, **Portus*

⁽³⁷⁾ SILVA, A. C. F. da, *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p. 274 e nota 100; SERRA, P. C., *Breve consideração da tese do «ermamente» através de dois topónimos*, «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, II série, 32, 1989, p. 220-222.

⁽³⁸⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), III, p. 1075, s. u. *Nóbrega*.

⁽³⁹⁾ DAVID, P., *op. cit.* (v. nota 27), p. 21.

⁽⁴⁰⁾ ID., *ibid.*, p. 31.

⁽⁴¹⁾ ID., *ibid.*, p. 33.

⁽⁴²⁾ SILVA, A. C. F. da, *op. cit.* (v. nota 37), p. 276.

⁽⁴³⁾ DAVID., P., *op. cit.* (v. nota 27), p. 34.

⁽⁴⁴⁾ ID., *ibid.*, p. 33; SILVA, A. C. F. da, *op. cit.* (v. nota 37), p. 275, nota 120; CHAVES, R. e CHAVES, M. J., *Una ceca visigoda inédita, Turico, en el reinado de Sisebuto. Otras aportaciones al catálogo de moneda visigoda*, «Boletín del Museo Arqueológico Nacional», Madrid, VI, 1988, p. 81-82.

⁽⁴⁵⁾ SILVA, A. C. S. da, *op. cit.* (v. nota 37), p. 275.

⁽⁴⁶⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), I, p. 139, s. u. *Anobra*.

⁽⁴⁷⁾ ID., *ibid.*, II, p. 850-851, s. u. *Lamego*; SERRA, P. C., *Alguns aspectos da toponímia lamecense*, «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, II série, 31, 1986, p. 12, 15 e 16.

⁽⁴⁸⁾ ID., *Estudos toponímicos XXVIII*, «Revista Portuguesa de Filologia», Coimbra, XVIII, 1980-1986, p. 53-57.

⁽⁴⁹⁾ DAVID, P., *op. cit.* (v. nota 27), p. 37.

⁽⁵⁰⁾ FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 20), p. 8: ID., *Numária de *Cantnipo*, «Conimbriga», XXVIII, 1989, p. 71-99.

⁽⁵¹⁾ BERNARDO, H. DE B., *Monografia de Sesimbra. Estudo geo-económico do concelho*, Sesimbra, Câmara Municipal, 1941, p. 24, nota 2; NUNES, J. de C., *Uma notável obra em curso sobre a etno-toponímia paleo-hispânica. Antonio Tovar — Iberische Landeskunde*, «Euphrosyne», Lisboa, Nova Série, 9, 1978-1979, p. 197.

⁽⁵²⁾ FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 5), p. 26.

⁽⁵³⁾ ID., *ibid.*, p. 25.

Magnus ⁽⁵⁴⁾, e * *Sinus* ⁽⁵⁵⁾. É possível que o topónimo actual Serpa não mantenha a forma romana (v., igualmente, p. 33), mas seja antes uma evolução de *Sirpa* ⁽⁵⁶⁾. Por outro lado, os topónimos Portimões (**Portus Magonis*?), Boidobra ⁽⁵⁷⁾, Segoiva ⁽⁵⁸⁾, Tavares ⁽⁵⁹⁾, Taveira ⁽⁶⁰⁾ e outros, relacionados com estes últimos, deverão derivar de nomes de lugar pré-romanos.

Ao terminarmos esta nossa apreciação, há que reconhecer a excelência desta obra a vários níveis inovadora, que prima não só pela variedade dos temas abordados, mas também pelas frequentes questões que a todo o momento vai levantando. As anotações que aqui registámos — quase todas relativas à forma e não ao conteúdo — não passam de meras sugestões que o Autor poderá eventualmente considerar numa próxima actualização. Com efeito, em face dos estudos entretanto vindos a lume, entre os quais sobressaem os do próprio Autor, relativos ao urbanismo, às divisões administrativas e aos cultos indígenas da Lusitânia, pensamos que é tempo de o Prof. Alarcão proceder a alguns ajustamentos pontuais nesta obra que, com o monumental inventário das estações arqueológicas publicado na mesma altura, constituirá por muitos anos o vade-mecum de todos quantos se interessam pelo estudo da romanidade no Ocidente hispânico.

⁽⁵⁴⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), III, p. 1201, s. u. *Portimão*.

⁽⁵⁵⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1352, s. u. *Sines*.

⁽⁵⁶⁾ FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 5), p. 25.

⁽⁵⁷⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), I, p. 263, s. u. *Boidobra*.

⁽⁵⁸⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1324, s. u. *Segoiva*.

⁽⁵⁹⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1390, s. u. *Tavares*.

⁽⁶⁰⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1390, s. u. *Taveira*.